

DOSSIÊ TEMÁTICO

Política Educacional: Análises e Perspectivas

Conselhos escolares: estudo das implicações sobre o cotidiano da escola pública

School boards: study on implications on school everyday life

Consejos escolares: implicaciones sobre la rutina de la escuela

Rodrigo Pereira

Universidade Federal de Alagoas - Brasil

Resumo

O texto analisa as formas de participação estabelecidas pelas comunidades nas instituições do Estado, especificamente a escola. Nesse campo, encontramos os debates em torno do Conselho Escolar identificando-o como lugar privilegiado para os diálogos interculturais, participação popular e palco de decisões coletivas sobre os rumos da escola. As questões que norteiam o estudo são: quais são as implicações da ação do Conselho sobre o cotidiano da escola? A partir do olhar dos sujeitos que participam dos conselhos, são válidas as ações do Conselho para efetivação de um modelo de gestão democrática na escola pública? Para realização da pesquisa, foram escolhidas duas escolas no município de Poço Verde, interior do estado de Sergipe. A pesquisa contou com o uso das técnicas e instrumento de coleta de dados através da observação, da análise documental, da entrevista e do questionário. Para a entrevista, 08(oito) participantes foram convidados para atividades e 71(setenta e um) sujeitos responderam ao questionário e os resultados seguem descritos ao longo do texto.

Palavras-chave: Participação popular. Conselhos escolares. Qualidade no ensino.

Abstract

The paper analyzes the forms of participation established by communities in state institutions, specifically the school. In this field, we found the debates on the school board identifying it as a privileged place for intercultural dialogue, popular participation and stage collective decisions about the school's direction. The questions that guide the study are: what are the implications of the Council's action on the school routine? From the look of the subjects participating in councils, the actions of the Council for the execution of a democratic management model in public schools are valid? To conduct the survey, it was chosen two schools in the city of Poço Verde, the state of Sergipe. The research involved the use of techniques and data collection instrument through observation, document analysis, interview and questionnaire. For the interview, 08 (eight) participants were asked to activities and 71 (seventy-one) subjects responded to the questionnaire and follow the results described throughout the text.

Keywords: Popular participation. School council. Quality in education.

Resumen

El artículo analiza las formas a participar establecidas por las comunidades en las instituciones del Estado, específicamente la escuela. En este ámbito, encontramos los debates sobre la junta escolar que identifican como un lugar privilegiado para el diálogo intercultural, la participación popular y las decisiones colectivas de etapa sobre la dirección de la escuela. Las preguntas que guían el estudio son: ¿cuáles son las implicaciones de la acción del Consejo sobre la rutina de la escuela? Desde la mirada de los sujetos que participan en los consejos, las acciones del Consejo para la ejecución de un modelo de gestión democrática en las escuelas públicas son válidos? Para llevar a cabo la investigación, elegimos dos escuelas en la ciudad de Poço Verde, el estado de Sergipe. La investigación consistió en la utilización de las técnicas y los instrumentos de recolección de datos a través de la observación, el análisis de documentos, entrevistas y cuestionarios. Para la entrevista, 08 (ocho) los participantes se les pidió a las actividades y 71 (setenta y uno) sujetos completaron el cuestionario e siguen los resultados descritos en el texto.

Palabras clave: Participación popular. Consejos escolares. Calidad en la educación.

Introdução

A problemática da organização das ações participativas na escola remonta aos debates em torno do processo de democratização da sociedade e a abertura política pós 1985. No contexto da escola básica, este debate fez com que novos olhares fossem lançados sobre o envolvimento das famílias e representantes da sociedade civil organizada nas projeções escolares dos seus filhos e membros de suas comunidades. A perspectiva de organização social e participação nas escolas públicas (definição de proposta curricular, de avaliação, de acompanhamento pedagógico, etc.) culminou na criação dos Conselhos Escolares e sua definição política e administrativa em 2004, sendo divulgado nesse mesmo ano o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que possui, nas definições legais, o caráter fiscalizador, consultivo, normativo e deliberativo.

A análise que apresentamos é fruto de uma pesquisa que se propôs a compreender a as implicações existentes da presença e ações do Conselho Escolar no interior da escola pública realizada em um município do interior de Sergipe. A hipótese que seguiu à pesquisa é que a presença e ações de um Conselho, com caráter deliberativo, cria, progressivamente, um espaço de formação política e pedagógica para seus participantes, ocorrendo paralelamente e em conseqüência, um tipo de apropriação simbólica do espaço escolar pelos seus participantes. Essa apropriação, por sua vez, poderia incitar um aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Para a realização da pesquisa, o Município de Poço Verde foi escolhido por sua experiência como protagonista das ações para construir uma prática de gestão democrática nas escolas públicas no estado de Sergipe. A análise ocorreu entre os anos de 2008 e 2010.

Para aprofundar e gerar compreensão acerca do tema optamos por apresentar, inicialmente, os fundamentos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares e sua relação com as

perspectivas políticas e pedagógicas que cercam esse modelo de organização escolar. Em seguida, a análise se dará em torno das lógicas sociais que passam a nortear as ações da escola e de alguma forma, essa interpretação nos ajuda a entender o conceito de micropoderes que se manifestam pela multiplicidade de interesses em torno do processo de ensino e aprendizagem e suas finalidades. Por fim, apresentamos alguns dados coletados e analisados durante a pesquisa e os resultados que foram encontrados no período.

O Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolas: a orientação nacional

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, concebido pelo Governo Federal em 2004, foi divulgado no país através de um conjunto de textos que tratam especificamente da estrutura e as finalidades que circundam o universo dos Conselhos escolares no Brasil. Através dos documentos, o Governo Federal evidencia uma perspectiva de educação nacional, tendo como fundamento a noção de participação popular, da mesma forma que com isso, dá vida a uma iniciativa prevista na LDB, no artigo 14 que versa sobre a forma de participação das comunidades na escola pública.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Lei 9394/1996)

Além dos textos, o governo ainda propõe um conjunto de reuniões de formação para os dirigentes das escolas em que o Conselho pode ser formulado ou está em vias de organização. No discurso governamental, este tipo de prática está consubstanciada no princípio de participação

popular e em compreensão de educação e escola como um estratégia de formação política.

Nos textos de orientação para as escolas, fica também evidenciado que o processo de “fortalecimento e criação” de Conselhos entra para dar legitimidade a uma noção de descentralização progressiva das responsabilidades da escola e uma busca de legitimidade popular para os processos pedagógicos desenvolvidos no interior das escolas.

A coleção Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares



Fonte: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. BRASIL, 2006.

A coleção de documentos orientadores chamados aqui de livros ou fascículos é compreendida de 13 volumes, dos quais 10 são de orientação e explicitação das normas de funcionamento dos conselhos escolares.

A apresentação da capa, da imagem do documento que é ilustrado constantemente por um tipo ideal de conselho (percebe-se a presença de representantes de toda a comunidade de imagem que traduz inclusão social como a que vemos de uma pessoa com necessidade especial) é uma síntese daquilo que propõe a coleção e suas expectativas para a escola. É importante destacar que estamos que não há interesse neste momento, de aprofundar a análise de cada um dos textos por não se

tratar de uma pesquisa do tipo exclusivamente documental. Porém, é válido registrar que cada um dos livros de referência para organização dos Conselhos tem um foco específico no campo da ação política e pedagógica as escolas, destacam-se o interesse em torno do processo de democratização e construção de cidadania, o processo de aprendizagem na escola e o papel dos Conselhos, o respeito, a valorização da cultura e do saber; o aproveitamento do tempo e das referencias da comunidade; a formação da ação política para escolha dos dirigentes locais; o processo de financiamento da escola pública, etc.

A partir dessas referências, o que se prevê é a formação de um coletivo escolar cuja formação considere a perspectiva política e pedagógica como uma prática e um referencial importante na definição de papéis e do comportamento na gestão das instituições de ensino. Daí o valor proclamado do Conselho Escolar, por ser visto como instância definidora desse lugar social do outro no ambiente escolar e da própria escola como espaço de construção de cidadania.

No entanto, efetivamente, questiona-se quais relações passam a existir no momento em que os Conselhos efetivam o princípio de descentramento do poder decisório na escola? Quais as lógicas de ação que passam a estar presente no ambiente escolar? Essas questões, serão analisadas nas etapas seguintes deste texto.

Novas relações, novas lógicas no interior dos conselhos

A forma como a relação é estabelecida com as populações periféricas constitui um novo modelo que alicerça a estratégia de diálogo constante e ainda intensifica a construção de mecanismos de participação popular na composição do Estado e funcionamento das suas instituições. O que nos parece interessante aqui é que, com essa prática, uma nova esfera de participação popular se constrói dentro dos Conselhos (ou o Conselho é esta esfera) apresentando-se como legítimo no aspecto legal e, ao mesmo tempo, legítimo porque responde a um anseio do povo. Estes novos diálogos estabelecidos através dos Conselhos, diálogo

entre o povo e a escola, ou o Estado, constituem, paralelamente, novas relações de poder e novos territórios de luta. Seria um reencontro com o conceito de Poder Simbólico de Bourdieu? Acreditamos que sim e ao mesmo tempo um encontro com os conceitos de Identidade de Projeto e de Resistência anunciados por Castells (1999) no início do texto.

Os Conselhos foram discutidos, por muito tempo, como estratégia de reformular a escola, sua estrutura e a maneira de condução dos seus atos, atos pedagógicos, atos políticos. Sobretudo porque a atuação da escola estava diretamente ligada ao modelo de sociedade e à demanda por esta evidenciada. No nosso contexto, com as iniciativas do governo federal (que, por sua vez, anuncia respostas às necessidades sociais), a noção de Conselho Escolar e ampliada, colocando em evidência seu papel na formação da sociedade e sua estrutura organizacional como reflexo das contradições e diversidade presente na sociedade brasileira.

Para Gohn (2007), os conselhos gestores constituem a principal novidade em termos de políticas públicas no terceiro milênio, por serem canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas de gestão de bens públicos, como agentes de inovação e espaço de negociação de conflitos.

Esta autora apresenta a diferenciação e a análise de três tipos de conselhos no Brasil do século XX. Em primeiro lugar, os Conselhos Comunitários dos anos 70 - criados pelo próprio Executivo para auxiliar na administração municipal. Em seguida, os Conselhos Populares dos anos 80 – resistência de esquerda ao regime militar, o foco central dos conselhos era a luta pela participação popular.

Para os movimentos sociais, a participação nos conselhos poderia significar um momento de organização e direção das lutas políticas fragmentadas. Por fim, a autora destaca o papel dos Conselhos Institucionalizados (gestores) dos anos 90 – criados nos três níveis de governo, têm caráter interinstitucional, têm papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado e, estão previstos na Constituição Federal de 1988.

A autora destaca que a importância dos conselhos gestores está no seu significado de concretização das lutas da sociedade civil para a reabertura democrática do país pós-ditadura militar, e por isso, estes conselhos gestores teriam uma capacidade de intervenção política superior às reformas neoliberais sofridas pelo Estado brasileiro.

A diferença dos conselhos gestores para os conselhos populares e/ou fóruns civis não governamentais incide na garantia de assento institucionalizado junto ao poder público, enquanto os fóruns exclusivos da sociedade civil têm seu poder situado na esfera da mobilização e pressão políticas e sociais.

Assim, torna-se importante registrar que existe uma clara distinção entre conselhos de caráter deliberativo e os conselhos com caráter eminentemente consultivo. Apesar de a terminologia “Conselho” guardar em si a condição de possuir quatro possibilidades dentro da instituição que atua, nas escolas e em outros espaços populares, o seu papel está diretamente ligado ao caráter que possui na sua organização. Se Consultivo terá como finalidade acompanhar as escolas na sua organização e propor caminhos pacíficos para o alcance de seus objetivos e, ao mesmo, tempo servir como espaço de debates e representação da escola por parte de seus sujeitos. Ser ao mesmo tempo lugar institucionalizado para o esclarecimento de questões como espaço popular, agradável para discutir e lugar para, literalmente, “aconselhar” a escola no seu gerenciamento.

Sendo o Conselho de caráter deliberativo, como acontece nas escolas no interior de Sergipe (campo, espaço da pesquisa aqui relatada), seu papel será para além das atribuições da condição consultiva, o conselho poderá decidir sobre os rumos da escola. Esta decisão está diretamente vinculada à noção de responsabilidade coletiva daqueles que representam as comunidades envolvidas na escola.

Por causa desse papel, o conselho é, muitas vezes, entendido como espaço de resistência devido ao fato de que, historicamente as escolas tiveram suas gestões ligadas ao modelo político municipal, o que, em muitos momentos, colocou-se como a noção de dependência política

do Conselho, fazendo existir uma contradição explícita sobre seu papel na escola e frente à comunidade.

A relação ideal do Conselho ou sua concepção primeira o identifica como um colegiado formado pelos diversos membros da comunidade escolar, com autonomia possibilitada pela LDB (9394/96) para opinar e decidir. Desta forma, o Conselho Escolar é um canal potencial de participação e um instrumento eficiente na gestão de caráter democrático.

Antunes (2001, p.21) afirma que, nas escolas em que ele tem efetivamente atuado, o autoritarismo, normalmente, diminui e a escola mostra-se mais sensível às necessidades e aos problemas e à definição coletiva dos rumos que a escola deve tomar. A participação é crescente à medida que o Conselho Escolar é de predominância deliberativa, cujas discussões e decisões são necessariamente coletivas.

Existe uma diferença fundamental entre decidir e simplesmente opinar. Decidir exige "a discussão e a determinação de critérios e procedimentos. Quando se delibera, a responsabilidade é maior do que quando se opina" (ANTUNES, 2001, p.23). Pode-se dizer que quando se delibera coletivamente o resultado das ações será sempre um resultado representativo de toda a comunidade escolar, a partir de um consenso por ela estabelecido. As ações que resultam desse consenso são mais verdadeiras, mais próximas da realidade.

É possível estabelecer uma relação intrínseca entre o Conselho Escolar e o nível de compreensão social e política de seus membros, refletindo a consciência sócio-política também da comunidade escolar. Quando consciente de sua função, compreende as responsabilidades legais que envolvem seu funcionamento e, a partir dessa compreensão, oferece as condições adequadas para o desenvolvimento de discussões e tomadas de decisões coletivas.

O Conselho Escolar, por ser uma unidade de participação civil, conflui finalidades específicas de interesse popular e se configura como espaço de construção de novos perfis e aperfeiçoamento do processo de ação conjunta, o que chamamos de práticas de participação efetiva

(identificamos anteriormente a tipologia como democracia participativa e representativa). O conceito de participação efetiva envolve aqui os dois referenciais e coloca, mesmo considerando as especificidades, os dois referenciais como sendo interdependentes e mutuamente complementares para existência de uma sociedade democrática.

O grau de representatividade das pessoas no conselho e sua necessidade estão diretamente ligados ao nível de estratificação e complexidade social. Da complexidade e da estratificação surgem necessidades de representação. Desta forma, identificamos o Conselho Escolar como uma unidade de participação política e de formação humana, ao mesmo tempo, evidencia uma significância existencial por consolidar a construção de referenciais comuns, linguagem, desejos, expectativas e ação humana.

Em síntese, é espaço de identificação e construção de perfil nos seus membros, mais radicalmente. Neste aspecto, é válido dizer que é um espaço de construção de posturas nos homens e nas mulheres, espaço de legitimação de um padrão de comportamento masculino e afirmação de uma nova feminilidade.

Este instrumento de participação tem, junto à escola, alguns poderes. Os documentos oficiais contendo as diretrizes para o período 2004-2006 identificam o caráter do funcionamento do Conselho. Como havíamos anunciado anteriormente, o Conselho Escolar, além de consultivo e deliberativo, também pode ser de caráter normativo e fiscalizador. Precisamente é importante resgatar o local intelectual destes poderes do Conselho. Em abordagens anteriores tínhamos feito referência à efetivação dos princípios de Descentralização e Democratização, divulgados na Constituição Federal e na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9394/96) e, a partir desta explicitação do caráter dos Conselhos, fica evidente o seu papel na nova conjuntura política do Brasil.

O Conselho Escolar constitui um espaço de relações de poder. Estas relações são evidenciadas nos processos de autorização,

negociação e influência entre as partes envolvidas, sejam elas populares ou representantes do Estado, da instituição. Esta interpretação está baseada nos escritos de Claus Offe (1994), Lev Semonovich Vigostski (1987) e Pierre Bourdieu (1982; 1989) que defendem a idéia de que a relação de poder existe nas relações humanas e se configura como uma relação de troca simbólica que se caracteriza por um processo de concessão limitada de voz e um processo de influência constante para definição de posturas, comportamentos e formas de pensar, padrões de julgamento e interpretação da realidade. Nos Conselhos não há poder, a priori, mas este existe como decorrência do exercício da palavra, da capacidade de argumentação nas reuniões, até mesmo do nível de escolaridade dos participantes e da formação, ou politização dos membros da comunidade que participam ou se interessam pela escola. Nas palavras de Werle:

As percepções que os diferentes sujeitos desenvolvem sobre o poder real influem nas relações de poder. O que se pensa, imagina-se ou comenta-se sobre o poder dos membros do Conselho Escolar, constitui um recurso efetivo de poder. O comportamento de cada 'ator' é determinado, parcialmente, pelas previsões relativas às ações futuras dos demais componentes, em relação à situação. A consideração dos Conselhos Escolares como um fórum importante confere sentido as reuniões e posições dos representantes eleitos pela comunidade escolar. (WERLE, 2003, p.10)

Na composição do Conselho, o número de participantes diretos é reduzido e limitado a onze, doze ou mesmo vinte e cinco membros, muito embora encontramos esta realidade modificada, sobretudo por considerar que a participação efetiva dos conselheiros está vinculada a interesses que são, ao mesmo tempo, particulares e coletivos (o compromisso de saber como se desenvolve o processo de formação dos filhos até o interesse em compreender como a escola está colaborando para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da comunidade).

Da mesma forma, poderíamos aqui registrar que esta relação de poder se constrói, segundo Bourdieu (2007), dentro de um Campo específico. Este conceito é importante, neste momento, pois sinaliza a determinação da ação do sujeito a partir de um lugar social, ou seja, há uma relativização do lugar e do nível de influência dos agentes sobre sua realidade social. Para este autor, os agentes sociais possuem um certo “*quantum*” de capital social (econômico, artístico, lingüístico, político) que determina sua postura, sua ação e sua forma de interpretação da vida em sociedade ao mesmo tempo que permite a construção de estratégias para a resolução de problemas que se apresentam na sociedade.

Aqui, o conceito de Campo constrói seu significado à medida que permite entender como as pessoas que participam dos Conselhos utilizam-se de certas disposições para o debate, para a análise e para a construção coletiva de alternativas para resolução de problemas em uma mesma comunidade.

Ao mesmo tempo, estes sujeitos vêem os Conselhos como espaço de lutas, argumentações e construção de caminhos para o aperfeiçoamento do processo de formação humana. Esta interpretação de Capital Social e a forma como os indivíduos agem nos Conselhos, a disposição para a ação ou a não disposição para participar, ajudam-nos a compreender a dinâmica do movimento popular na sua relação com a escola. Esta dinâmica, da mesma forma, permite-nos interpretar as implicações desta participação na vida do sujeito e na vida da comunidade, o que identificamos aqui como as modificações dentro do processo de afirmação de identidade, seja ela individual ou coletiva.

A participação dos representantes está relacionada à posse de instrumentos materiais e culturais com suas respectivas possibilidades de expressão. Os representantes que agem nos Conselhos precisam lançar mão de sua competência social ou, caso contrário, poderão sofrer uma relação de constrangimento e desapossamento de espaços de poder que se constrói, durante as reuniões dos Conselhos. Estes

Conselhos são espaços de construção diferenciados por escola, por grupo social e pelo nível de participação e formação política dos comunitários. Neste caso, é anunciada aqui a possibilidade de os Conselhos constituírem um espaço de aprendizagem participativa, crescimento coletivo, desenvolvimento de noções de democracia e de *empowerment* de seus componentes.

Esta reflexão inicial nos ajuda a compreender o processo de manifestação popular através dos Conselhos Escolares, situando-os na história e servirá para interpretação dos discursos construídos nos momentos de participação do povo nos Centros de Debate (este conceito foi colocado em um dos momentos de diálogo com membros da comunidade como forma de se referir ao conceito de Conselho. Centro de debate aqui entendido, por separar espaço público do espaço privado: o espaço do conselho e o espaço da casa. Dois ambientes em que os assuntos para conversa se distinguem pela natureza, objetivo e quem estariam presentes no debate. Também por referir-se ao local em que o debate sobre a vida coletiva teria predominância).

Ao mesmo tempo, esta primeira interpretação nos ajudará a entender as implicações sobre a formação identitária dos sujeitos e da comunidade pesquisada no município de Poço Verde, no interior do estado de Sergipe. Estas implicações são alvo da nossa pesquisa e contribuirão para vincular conceitos da Sociologia e da Educação para interpretar a dinâmica da vida em sociedade na relação com a escola nos grupos analisados.

No texto a seguir, apresentaremos a proposta metodológica da pesquisa, com a evidência de como a pesquisa, numa perspectiva qualitativa, contribui para melhor entender o balanço das ações da comunidade, tentando identificar redes de significação a partir das representações dos sujeitos envolvidos no processo de pensar e decidir caminhos para a escola.

Metodologia da pesquisa: abordagem qualitativa, instrumentos e técnicas de pesquisa

O processo de coleta de dados foi realizado a partir do uso de técnicas específicas para obtenção de dados para a pesquisa qualitativa. Para isso, a análise documental, a entrevista semi-estruturada e o questionário foram utilizados e serviram para ampliar as possibilidades de compreensão da realidade escolar analisada.

Para a construção do roteiro de entrevista e questionários, utilizamos categorias prévias para organizar as questões no momento do contato com os entrevistados. Estas foram as categorias: Categoria 01: **Relação com a Escola**, Categoria 02: **Mobilização e Relação com a família**, Categoria 03: **Mobilização e relação de gênero**, Categoria 04: **Mobilização e memória**, Categoria 05: **Mobilização e relação com o Coletivo integrado**.

A composição dos entrevistados foi feita considerando os papéis desempenhados por eles nas escolas e fora dela. A partir disso, tivemos o seguinte público: 02 (dois) gestores, 01 (um) secretário, 01 (um) coordenador pedagógico, 01 (um) estudante, 02 (dois) professores, 01(um) porteiro, 02(dois) pais.

Feita a organização dos dados, o passo seguinte foi elaborar categorias que permitissem a análise. Tais categorias foram se formando desde o processo de elaboração do projeto de pesquisa, principalmente durante a construção do referencial teórico, até a significação dos dados, por fim, estas categorias de análise estavam sempre presente na elaboração dos textos que interpretaram os dados coletados.

Dos envolvidos com a pesquisa, 71 (setenta e um) conselheiros, entre estudantes (15), funcionários(14), professores(17), pais (19) e gestores(06) responderam aos textos. Deste número, 08 (oito) pessoas foram entrevistadas.

A análise de dados

Apresentamos, neste tópico, a população pesquisada. Especificamente tratamos aqui de parte do coletivo de conselheiros, representantes da comunidade dentro das escolas, membros apresentados considerando segmento, localização de moradia, atividade profissional, faixa etária e características coletadas durante o processo de entrevista. No questionário, uma maneira aleatória foi utilizada para dar ordem às questões, no entanto, no momento da análise, as categorias foram utilizadas para permitir um melhor acesso ao texto. Apresentamos os dados dentro das categorias elencadas, começando pelos dados de identificação, seguirá a apresentação das questões mais relevantes e possíveis dentro da estrutura deste texto e que são parcialmente suficientes para responder as questões lançadas no texto bem como a hipótese de pesquisa.

Dados de Identificação

Tabela 01 - Distribuição das respostas ao questionário, de acordo com a idade e segmento da população pesquisada

Idade/Série	Pais e Mães	Estudantes	Funcionários	Professores	Gestores	Total
25-35 anos	6 32%	3 20%	857%	847%	467%	2941%
36-45 anos	4 21%		643%	318%	233%	1521%
46-55 anos	7 37%			529%		1217%
Entre 14-17 anos		7 47%				710%
18-24 anos		533%		16%		68%
sem resposta	2 11%					23%
56 e mais anos						
TOTAL	19 100%	15100%	14100%	17100%	6100%	71100%

Fonte: pesquisa Conselhos Escolares e implicações sobre o cotidiano da escola pública.

A distribuição de resposta tem predominância entre a população jovem, precisamente o percentual mais elevado está entre sujeitos com 25 a 35 anos (41%), o que equivale dizer que as respostas advindas dos questionários possuem representação predominante entre a população jovem/adulto e os conselheiros pesquisados representam a população de conselheiros que participa efetivamente dos processos de organização e discussão nas escolas analisadas.

O Sujeito e Conselho escolar

Esta parte do texto apresenta questões que estão diretamente ligadas às representações que o sujeito utiliza no momento de interpretar o sentido do Conselho Escolar para vida da comunidade e para a vida do sujeito, enquanto membro e representante de um segmento.

Tabela 02 - O Conselho Escolar é para mim um lugar para (..) (%)

(continua)

Análise dos resultados	M	F	Total
Discutir os problemas que há nas escolas e orientar meus colegas e dar minha opinião	5 15%	6 16%	11 15%
Discutir questões relacionadas ao cotidiano escolar, encontrar soluções para os problemas da escola. Ajudar a direção a administrar a escola	4 12%	6 16%	10 14%
Lugar de se discutir os problemas da escola de maneira coletiva	5 15%	4 11%	9 13%
Ler discutir a regulamentação da escola para melhorar a qualidade de ensino	3 9%	4 11%	7 10%
Fiscalizar, interagir com a escola, desenvolvimento e atribuindo meios que unifiquem os alunos com o ambiente escolar e familiar	2 6%	3 8%	5 7%
Onde se discute o que é melhor para os alunos e escola	2 6%	2 5%	4 6%
Onde nos reunimos para tentar solucionar os problemas e para ficar sabendo de todas as situações	3 9%	1 3%	4 6%
Desabafar e discutir os direitos da escola	2 6%	2 5%	4 6%

	<i>(conclusão)</i>					
Não sabe explicar, mas é importante	1	3%	2	5%	3	4%
Que nós podemos tratar de assuntos de alunos mal comportados	1	3%	2	5%	3	4%
Para exercer os direitos dos estudantes	1	3%	1	3%	2	3%
Tomar as decisões que fazem a escola funcionar melhor	1	3%	1	3%	2	3%
A comunidade escolar assume o controle social da escola no caráter administrativo e pedagógico	1	3%	1	3%	2	3%
Sem resposta	2	6%	3	8%	5	7%
TOTAL	33	100%	38	100%	71	100%

Fonte: pesquisa Conselhos Escolares e implicações sobre o cotidiano da escola pública.

Uma das evidências destes dados é que a distribuição não permitiu identificar consideráveis variações da realidade analisada. Mesmo assim, é possível diferenciar algumas impressões sobre as imagens criadas sobre a importância e sobre a finalidade do Conselho nas comunidades onde funcionam as referidas escolas. Há um predomínio no direcionamento da finalidade do Conselho para ‘discutir e analisar ‘ os problemas enfrentados na escola. No entanto, esta anunciada análise não esclarece qual o objeto será analisado, muito menos a questão levantada sobre ‘qualidade’ que fica alheia às interpretações do grupo.

Os termos mais utilizados nas respostas do grupo : « melhor escola », « qualidade na escola », "direitos dos estudantes , « direitos da escola » possuem equilíbrio nas respostas dos sujeitos, porém permanecem sem evidência a que, especificamente, estão sendo vinculados. É possível uma aproximação em torno do que ficou mais explícito nas resposta do grupo. Vamos a uma das questões: para muitos sujeitos, o Conselho é o lugar para « discutir », este termo aparece com muita frequência nas resposta. Uma possível explicação para o direcionamento dessa resposta é o fato de que, em seguida, é possível identificar a construção « discutir problema e propor soluções ». Desta resposta, é possível concluir que o conselho é lugar para:

● *Discutir*: este feito de maneira coletiva o que nos permite concluir que a noção de debate e construção de alternativas para a escola via conselho é sempre alternativa pensada coletivamente, conseqüentemente, pensamos em co-responsabilidade, em participação, em coletivo interagido pensando e deliberando, assumindo a responsabilidade também de forma coletiva. Além dessa realidade é possível entender que, sendo um local de discussão, análise coletiva, este espaço também torna-se o locus de encontros de várias perspectivas, de desabafos, de confissões, de partilha, de encontros, de interação. Há uma idéia de solidariedade nesse momento e, como evidenciamos, compromisso coletivo.

● *Discutir os problemas*. Como não há uma evidência explícita sobre a compreensão dos sujeitos sobre o termo « problemas da escola », é possível identificar alguns objetos que se aproximam deste termo, entre as possibilidades, identificamos a noção de mal comportamento de estudantes, como sendo um dos problemas discutidos nos Conselhos, bem como a questão da qualidade dos trabalhos desenvolvidos na escola. A noção de qualidade aqui está diretamente ligada à satisfação dos estudantes em ir até a escola e lá permanecer. Os dados que traduzem a noção de qualidade podem ser corporeificados como os números referentes a evasão, índice de violência no bairro e na escola e em última instância, o número de aprovados durante o período letivo.

● *Buscar soluções*. O outro elemento citado pelos sujeitos pesquisados, comumente encontrado nas respostas dos segmentos foi a questão da construção de soluções. Ainda que não se tenha indicado precisamente a relação problema-solução, esclarecendo o que, objetivamente, iria compor cada dimensão dessa, a partir das respostas explicitadas podemos entender que os sujeitos falam de « melhorar » a qualidade do ensino, melhorar os canais de diálogo com a comunidade, melhorar a dinâmica de resposta à manifestação de indisciplina por parte dos alunos.

Além destas interpretações, analisamos outras possibilidades em torno dos papéis dos conselheiros e do Conselho Escolar a partir da observação do cotidiano, uma vez que ele nos mostrou que muitos

conselheiros estavam presentes nas reuniões depois de convocações específicas para discussão dos encaminhamentos da escola, no que diz respeito aos processos de compra de merenda, aquisição de recursos específicos para funcionamento da escola ou para análise e deliberação sobre as questões de indisciplina dos estudantes. Podemos, como forma de aproximação, considerar que a disposição dos termos citados podem se referir objetivamente aos processos de organização administrativa da escola. Pensar o « melhor » para a escola também pode ser considerado, frente aos dados, pensar os mecanismos de garantia de funcionamento da instituição, a mesma dinâmica que contemple estabilidade administrativa, institucional e, em último plano (mesmo não havendo a explicitação desse argumento), a questão dos aspectos pedagógicos..

Diante destes dados, podemos entender que os sujeitos das escolas envolvidas consideram os papéis diretos do Conselho relacionados às questões de controle, de regulação e legitimidade das práticas pedagógicas da escola, o que nos parece se aproximar do que é defendido por Paro (2001) quando estabelece a relação entre imaginário popular sobre a escola e a figuração do seu fazer institucional. Para este autor, quando os populares se referem à escola quando nas sessões de participação, é comum a referência ao papel regulador da escola como tendo centralidade na análise. Daí que, supostamente, a escola cumpre seu papel quando « regula » a vida das crianças e jovens reunidos no seu espaço. Esta atribuição à escola tem passado por variações com o tempo, mas ainda possui grande relevância no imaginário popular, principalmente quando existe um núcleo em que os segmentos envolvidos com a escola podem evidenciar suas leituras e expectativas sobre a instituição, lugar ainda privilegiado para formação dos adolescentes e jovens destas comunidades.

Outro elemento que nos faz entender esta leitura das famílias sobre a escola, sobre o papel dos Conselhos na escola, torna-se evidente quando focalizamos o perfil das comunidades, principalmente a escola na sede do Município, por ter um histórico de violência, marginalidade e banalização dentro do espaço escolar. Nesse contexto, os novos processos de gestão

da escola, gestão do espaço público enfrentam, progressivamente (alcançando níveis consideráveis de aceitação), o desafio da legitimidade do espaço e legitimidade das práticas na educação dos jovens, crianças e adolescentes que ali circulam. A expectativa dos pais e mães envolvidos nos conselhos, bem como dos funcionários e mesmo os estudantes é que o Conselho Escolar seja espaço para redefinição dos rumos da escola e seja, ao mesmo tempo, espaço garantidor de formação, conforme os dados da tabela 08, daí podemos entender que há uma convergência nas respostas dos sujeitos, uma vez que os segmentos representados consideram o Conselho um espaço, prioritariamente, para o debate e a busca de soluções nas dimensões que a escola utiliza como referência para ação.

O sentido dos dados no campo de pesquisa

A organização dos dados de pesquisa permitiu-nos a construção de um referencial significativo para compreensão dos movimentos desenvolvidos no interior dos Conselhos Escolares. Nesse momento, passamos a apresentar os resultados encontrados nesse processo de pesquisa. Um processo que começou com o desejo de conhecer as lógicas internas que mobilizam os sujeitos a participarem das ações da escola, bem como compreender as implicações do processo de gestão participativa, através do Conselho Escolar, sobre o cotidiano da escola pública.

A análise dos dados foi referenciada pelos conceitos já explicitados na primeira parte deste texto, na tentativa de responder aos questionamentos que motivaram o processo de investigação, a saber:

- *Qual a contribuição efetiva do Conselho Escolar para a construção de um perfil democrático na gestão da escola pública?*
- *O que os sujeitos que participam identificam como Implicações dessa participação sobre o cotidiano da Escola?*

Pelos dados apresentados no texto é possível fazer algumas afirmações. As respostas e os posicionamentos de cada sujeito pesquisado nos mostram um universo de expectativas e constatações sobre as ações dos Conselhos escolares no município de Poço Verde - SE. Ao longo dos meses quando a pesquisa foi realizada, foi possível compreender, através das falas, dos posicionamentos dos sujeitos, um perfil de membro, um perfil de escola cujas características nos aproximam do perfil de escola participativa defendida por autores de linha progressistas (GADOTTI, 2001), muito mais pelo espaço de interlocução entre os sujeitos, defesas de ideais e tentativas de gerenciamento de interesses, do que as próprias decisões efetivas.

O Conselho é erigido como espaço de diálogo, lugar de evidência de expectativas, de interação e constituição de novas posturas voltadas para o ideal de participação, parece-nos uma, senão a maior das contribuições para a escola, sobretudo pela constatação de que há um perfil de escola em construção. Neste processo, pode-se afirmar que:

- 1- O interesse da comunidade tem se multiplicado pelos momentos de discussão do cotidiano escolar;*
- 2- Há um envolvimento e sentimento de preocupação com a qualidade dos trabalhos desenvolvidos na escola. Nesse caso, uma preocupação e uma aparente disponibilidade para o debate e construção de um perfil pedagógico diferenciado, qualitativamente melhor.*
- 3- Cada vez mais há um interesse dos pais no acompanhamento do percurso escolar dos filhos. Atribui-se esse interesse ao fato de que os pais estão compreendendo que suas vozes são consideradas nas reuniões do Conselho Escolar;*
- 4- O Conselho assume uma postura de contribuição contínua com a comunidade, em alguns casos, através da divulgação de suas pautas e decisões sobre os rumos da escola e na maioria das situações, o conselho contribui com a comunidade promovendo reflexões sobre a realidade do ensino nas escolas e é erigido como canal para integração entre comunidade e escola.*

- 5- *Cada vez mais os estudantes estão sendo envolvidos nos debates sobre a escola, seus problemas internos e suas projeções.*
- 6- *A presença das mulheres é significativa como representantes de segmentos e nas tomadas de decisão*
- 7- *A noção de um “clima novo” nas instituições e nas relações em sala de aula, nos corredores, na escola é a maior evidência dos trabalhos do Conselho Escolar. Em termos objetivos não há ainda alteração nas práticas pedagógicas da escola, mas uma constante presença do tema nos debates e relatos dos sujeitos.*
- 8- *As escolas onde há uma ação efetiva dos Conselhos demonstram um nível mais elevado de envolvimento dos pais, professores, estudantes, funcionários e gestores na construção/aproximação de um perfil real de gestão democrática.*

Nas explicitações anteriores sobre resultados, apresentamos a presença dos pais como evidência de resultados das práticas, dos trabalhos dos Conselhos. Aqui cabe-nos registrar que, além dos pais presentes na escola, é possível identificar todos os segmentos desenvolvendo algum tipo de atividade, no campo do debate, da organização interna, da construção de propostas alternativas para a escola. Isso nos faz entender que as ações desenvolvidas nos Conselhos contribui de maneira significativa para um entendimento do sentido da gestão democrática como paradigma de trabalho das escolas públicas no Município.

Os dados ao longo da leitura nos mostram um processo de formação coletiva. Desenvolve-se na comunidade e na escola uma relação de aços mútuas no sentido de, pela comunidade, apropriação dos elementos simbólicos que o espaço escolar apresenta e por parte da escola, há uma abertura e uma reaproximação aos interesses populares.

Esse retorno ao núcleo comunitário como campo de resignificação das práticas escolares, redimensiona as dimensões que compõe a escola: novos olhares são estabelecidos sobre o currículo, as finalidades do educar, o nível de decisão e as “vozes” dos sujeitos que estão direta e

indiretamente ligados à escola, aqui fazemos menção dos segmentos que possuem representatividade e constituem o Conselho Escolar como espaço de análises e decisões. Um novo momento que permite entender a dinâmica que se estabelece na escola a partir dos Conselhos Escolares e ainda sugere novas análises para aprofundamento do tema.

Referências

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho? como organizar o colegiado escolar.** São Paulo: Cortez/IPF, 2002.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Com as emendas constitucionais posteriores. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB, 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.** Brasília: MEC, SEB, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** a era da informação: economia e cultura; v II. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artemed, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 1998.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TRIVIÑUS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos escolares**: implicações sobre a gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VIGOSTSKI, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Prof. Dr. Rodrigo Pereira

Universidade Federal de Alagoas - Brasil

Grupo de Pesquisa Educação e Contemporaneidade

E-mail: rodrigo.ufal@hotmail.com

Recebido em: 27 maio 2015.

Aprovado em: 09 jul. 2015.